

**QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO****Dan JØRGENSEN****Energia e Habitação****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

*Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? De que forma vai contribuir para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género em todos os domínios políticos que se inserem no âmbito da sua pasta? Como prevê aplicar a integração da perspectiva da juventude?*

*Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?*

A União Europeia tem assumido um papel central em todo o meu percurso profissional. Aos 29 anos de idade, fui eleito para o Parlamento Europeu, onde tive o privilégio de permanecer durante quase 10 anos.

Enquanto deputado ao Parlamento Europeu, desenvolvi um profundo respeito pela instituição e pelo seu papel crucial na definição do futuro da Europa, proporcionando simultaneamente benefícios tangíveis para os cidadãos. Tomei conhecimento das complexidades da elaboração das políticas da UE e reforcei a minha convicção na importância de trabalhar de forma colaborativa para alcançar resultados significativos.

Em 2013, regressei à Dinamarca, onde desempenhei o cargo de ministro da Alimentação, da Agricultura e das Pescas até 2015. Posteriormente, fui eleito para o Parlamento dinamarquês. Desde 2019 até recentemente, assumi outras funções ministeriais: primeiro como ministro do Clima, da Energia e dos Serviços Públicos e, posteriormente, como ministro da Cooperação para o Desenvolvimento e da Política Climática Mundial. Enquanto tal, coube-me a responsabilidade de representar a Dinamarca no Conselho da União Europeia em várias formações e de aplicar legislação da UE. Estas funções também me proporcionaram uma sólida compreensão da forma como as decisões tomadas a nível da UE afetam os Estados-Membros no processo de execução. Além disso, o meu mandato de ministro da Energia coincidiu com a crise energética causada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, um período difícil que pôs à prova a cooperação em matéria de segurança energética a nível nacional e da UE e confirmou a importância da transição energética para a resiliência do sistema energético da UE.

Acredito que, caso seja nomeado, a minha familiaridade com o Parlamento Europeu e com o Conselho poderá ser um trunfo no desempenho do cargo de comissário. Ao mesmo tempo, estou plenamente ciente de que terei muito que aprender no que respeita a esta nova responsabilidade.

Nos últimos anos, também participei ativamente em negociações internacionais no contexto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) e de organizações como a Agência Internacional de Energia (AIE), o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento. Estas experiências proporcionaram-me uma ampla exposição à diplomacia e às negociações internacionais, que espero venha a contribuir para o trabalho da Comissão Europeia em representação da UE na cena mundial.

As questões energéticas, climáticas e ambientais têm norteado a minha ação. A transição ecológica é não só um imperativo ambiental, mas também uma oportunidade social e económica. Pode impulsionar a competitividade, criar emprego e permitir que mais europeus tenham acesso a energia limpa e a preços acessíveis e a habitação mais sustentável e a preços acessíveis, assegurando simultaneamente que ninguém é deixado para trás. Enviei esforços para alcançar este objetivo na Dinamarca, em especial por meio da Lei dinamarquesa em matéria de clima e das

negociações de vários acordos políticos no domínio da energia. A energia e a habitação são domínios políticos complexos e multifacetados que exigem uma compreensão profunda das dimensões técnica e política. Tenho certamente muito que aprender, mas, ainda assim, acredito que a minha experiência me permitirá dar um contributo efetivo. Ao mesmo tempo, permanecerei recetivo à partilha de conhecimentos especializados e de orientações pelos meus colegas, bem como, obviamente, pelos deputados ao Parlamento Europeu.

Tal como salientado nas orientações políticas da Comissão, a energia é um pilar fundamental da resposta aos principais desafios enfrentados pela UE: o custo de vida e a pobreza energética; a competitividade das empresas europeias e a criação de empregos verdes para os trabalhadores europeus; a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a descarbonização da economia; a garantia do aprovisionamento de energia limpa e a preços acessíveis, bem como da neutralidade tecnológica; o reforço do papel geopolítico da UE na diplomacia energética, começando pela Ucrânia e pela Vizinhança Europeia.

Se a minha indigitação for confirmada, considero ser minha obrigação enfrentar estes desafios em estreita cooperação com os meus colegas comissários, a fim de contribuir para a construção de uma Europa mais sustentável, próspera e competitiva e reforçar a soberania e as sociedades europeias, preservando e reforçando simultaneamente o nosso modelo social.

Todos estes desafios estão interligados, pelo que o mesmo acontece com as políticas e medidas que temos de tomar para lhes dar resposta, tais como:

- impulsionar os investimentos em energias limpas, começando pela aplicação do quadro jurídico para 2030, reforçar a competitividade industrial e reduzir o custo de vida e de produção para os agregados familiares e as empresas europeias. Tal será feito, por exemplo, por meio de um pacto da indústria limpa, de um plano de ação para preços da energia acessíveis e de uma estratégia de investimento limpo, bem como do reforço da União da Energia graças a uma governação sólida em conjunto com os Estados-Membros,
- assegurar uma transição energética social, justa e competitiva, trabalhando com o setor energético e os sindicatos europeus para que a transição seja socialmente inclusiva e economicamente viável,
- reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e continuar a descarbonizar o sistema energético, concretizando assim o Pacto Ecológico Europeu rumo à neutralidade climática em 2050,
- contribuir para a redução dos preços por via da modernização da infraestrutura de rede e da formação de um sistema energético seguro, resiliente e interligado. Tal será apoiado por um plano de ação para a eletrificação e por um roteiro para a cessação das importações de energia russa,
- reforçar a diplomacia energética da Europa, tanto na sua vizinhança — trabalhando com a Ucrânia e na dimensão energética do alargamento — como na cena mundial.

Explorando todas as sinergias entre as vertentes «energia» e «habitação» da minha pasta, apresentaremos um plano europeu de habitação a preços acessíveis com o objetivo de apoiar milhões de jovens e famílias que têm dificuldade em encontrar habitação a preços acessíveis, contando com o apoio do Parlamento Europeu e de todas as partes interessadas. Darei uma forte ênfase à eficiência energética dos edifícios e contribuirei para a primeira estratégia da UE de combate à pobreza com ações concretas que produzam resultados tangíveis, como a redução dos custos da energia e da pobreza energética em toda a Europa. Tal não só reforçará a coesão social, como também contribuirá para o crescimento económico e para a competitividade rumo a uma Europa mais sustentável e próspera.

As políticas da UE só são verdadeiramente benéficas para os cidadãos europeus se refletirem a diversidade do continente e forem conduzidas de acordo com uma abordagem inclusiva. O género é um elemento importante neste contexto, tal como são a raça, a orientação sexual, o contexto socioeconómico, a deficiência, a idade e as convicções. Apoiarei a aplicação da Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025 em todos os domínios da minha competência e terei devidamente em conta as resoluções pertinentes do Parlamento Europeu. Estando ciente da perspetiva de género no âmbito das minhas responsabilidades, envidarei esforços para garantir que este imperativo seja plenamente ponderado em todas as minhas iniciativas. Além disso, velarei por que a minha própria equipa seja equilibrada em termos de género.

As políticas atuais, em especial nos domínios da habitação e dos edifícios, mas também das energias renováveis, das tecnologias hipocarbónicas e em muitos outros, terão impacto na vida da atual geração de jovens e nas gerações vindouras. Enquanto antigo jovem deputado ao Parlamento Europeu, velarei por que a participação dos jovens esteja no centro da minha atividade. Organizarei anualmente diálogos sobre a política de juventude, começando nos primeiros 100 dias do meu mandato, a fim de dar aos jovens uma oportunidade regular para debaterem comigo sobre temas e iniciativas fundamentais no âmbito da minha pasta. Apoiarei também o [programa dos jovens](#)

[embaixadores da energia \(Young Energy Ambassadors\)](#) para criar uma comunidade de jovens que impulsionam a transição para energias limpas.

Agirei plenamente em conformidade com a letra e o espírito dos Tratados e do Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia. Não aceitarei instruções de nenhum governo nem de qualquer outra entidade e agirei sempre no interesse europeu. Encetarei um diálogo com os cidadãos e as partes interessadas e procurarei sempre trabalhar com base em dados concretos, seguindo o conhecimento científico e os factos. Comprometo-me a observar os mais elevados princípios éticos e a respeitar plenamente a letra e o espírito dos Tratados da UE e a obrigação de agir no interesse europeu. Caso surja uma situação passível de conduzir a um conflito de interesses, ou em que a minha imparcialidade possa ser questionada, informarei de imediato a presidente da Comissão. A minha declaração de interesses é pública e completa e comprometo-me a assegurar que seja atualizada em caso de alteração das minhas circunstâncias pessoais.

## **2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu**

*Pode comprometer-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que medida se considera responsável perante o Parlamento?*

*Que compromissos específicos está disposto a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissão como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento informações e documentos em tempo útil em pé de igualdade com o Conselho?*

À luz da minha experiência anterior como deputado ao Parlamento Europeu e ministro da Dinamarca, estou plenamente ciente do papel decisivo que o Parlamento desempenha enquanto colegislador, incluindo nos domínios da energia e da habitação. Se a minha indigitação for confirmada pelo Parlamento Europeu, empenhar-me-ei plenamente em cooperar da forma mais estreita possível com a vossa instituição em todas as questões que se enquadrem na minha pasta.

Em termos concretos, assegurarei o mais alto nível de colaboração com o Parlamento Europeu de forma aberta e transparente, cooperando de boa-fé e no pleno respeito do Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor e do Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia. A minha experiência como deputado ao Parlamento Europeu leva-me igualmente a reputar esta cooperação estreita como fundamental para criar consensos tendo em vista iniciativas futuras e para trabalhar de forma eficiente e próxima com e para os cidadãos europeus.

O Parlamento Europeu é a única instituição eleita diretamente que representa os cidadãos europeus que pretendo servir. Por conseguinte, é natural e, para mim, desejável que tenha de prestar contas perante o Parlamento.

Participarei regularmente na sessão plenária e nas comissões competentes e poderei contar com um diálogo substancial e construtivo de minha parte. Em matéria de política energética, a Comissão ITRE será um interlocutor fundamental. Além disso, trabalharei em estreita colaboração com os deputados ao Parlamento Europeu noutras comissões. Para construir uma verdadeira política europeia de habitação, a Comissão EMPL, que já se dedica a este importante tema, será um parceiro crucial, juntamente com outras comissões, em especial a Comissão IMCO e a Comissão REGI. Ademais, será com certeza importante trabalhar com outras comissões no que respeita a diferentes questões.

Assumirei a responsabilidade política pelas atividades nos meus domínios de competência e informarei regularmente o Parlamento sobre futuras ações, reforçando a confiança mútua, a transparência e o intercâmbio de informações. No interesse da UE e dos seus cidadãos, poderei contar comigo para prestar a devida atenção aos vossos pontos de vista e servir de mediador imparcial, criando pontes e encontrando compromissos equilibrados ao longo de todas as fases dos processos legislativos.

Em conformidade com o Acordo-Quadro, farei ainda tudo o que estiver ao meu alcance para garantir que a Comissão dê uma resposta às resoluções do Parlamento Europeu no prazo de três meses. Estou disposto a contribuir para o seguimento das iniciativas que o Parlamento venha a tomar ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. Aceitarei, nos limites das minhas capacidades, os pedidos de reunião, os officios e as perguntas dos deputados ao Parlamento Europeu, a que responderei com a máxima celeridade. Comprometo-me igualmente a contribuir para o exercício de programação plurianual que terá lugar no início deste novo mandato e para a «Declaração Conjunta

das Prioridades da UE». De igual modo, trocarei informações e pontos de vista sobre o programa de trabalho da Comissão, tal como previsto no Acordo-Quadro.

O que precede diz respeito ao quadro institucional para a cooperação com este Parlamento. Não obstante, asseguro-vos que, se for confirmado como comissário, a minha convicção profunda na importância da cooperação será tão — ou talvez ainda mais — importante para as nossas interações como o texto deste quadro formal.

### Questões da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

*3. Muitas pessoas não têm acesso a habitação a preços acessíveis. Como tenciona garantir que o primeiro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis, anunciado por Ursula von der Leyen, presidente eleita da Comissão, proporcione habitação suficiente a preços acessíveis para responder às necessidades de habitação dos grupos de baixos e médios rendimentos? Que medidas concretas prevê, em particular para garantir que o plano permita o investimento público e privado necessário para proporcionar habitação acessível e a preços comportáveis, bem como oportunidades para todos? Como irá garantir o princípio da prioridade à habitação, uma vez que este se revelou eficaz, tanto em termos económicos como sociais, para pôr termo ao fenómeno dos sem-abrigo? Qual é a sua abordagem no que diz respeito à propriedade privada no contexto de qualquer ação da União no domínio da habitação? Como irá assegurar uma estreita cooperação com Roxana Mînzatu, vice-presidente executiva indigitada, neste contexto?*

Para fazer face à crise da habitação, precisamos de soluções locais, nacionais e europeias. Se a minha indigitação como primeiro comissário investido de uma pasta específica sobre a habitação for confirmada, trabalharei em conjunto com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros, as autoridades locais e todas as partes interessadas para influenciar positivamente a vida dos cidadãos, nomeadamente dos jovens e das famílias que têm dificuldade em encontrar habitação a preços acessíveis em toda a Europa.

Em conformidade com a minha carta de missão, a Comissão apresentará o primeiro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis. O plano prestará assistência técnica às cidades e aos Estados-Membros, promoverá investimentos e centrar-se-á nas competências necessárias no setor da habitação. Incluirá também uma estratégia para a construção de habitações destinada a impulsionar, em especial, a oferta de habitação (ver mais pormenores na resposta à pergunta 11). Para elaborar este plano, tiraremos lições de outras experiências, como a Iniciativa Europeia para a Habitação a Preços Acessíveis, que apoia a renovação inclusiva de 100 projetos-farol em zonas urbanas de toda a Europa. Um dos principais ensinamentos destas experiências é a importância de uma abordagem inclusiva que envolva o Parlamento Europeu e todas as outras partes interessadas: tanto do setor público como privado e tanto do lado da oferta como da procura. Por conseguinte, elaborarei o plano em concertação estreita com todas as principais partes interessadas do setor da habitação.

Uma das minhas prioridades será estabelecer uma melhor colaboração com as partes interessadas do ecossistema da habitação. Estes esforços serão apoiados por um grupo de trabalho específico, com a participação dos serviços competentes da Comissão. Tal assegurará uma abordagem coerente entre todas as políticas e financiamentos suscetíveis de apoiar o plano e ajudará a tirar partido do trabalho e da análise realizados até à data. Importa também aplicar plenamente os novos instrumentos introduzidos na recente legislação relativa aos edifícios. Neste contexto, será essencial manter um diálogo estreito com as autoridades nacionais. Apoiaremos o trabalho da comissária responsável pelas Empresas em Fase de Arranque, a Investigação e a Inovação, alargando a comunidade da iniciativa Novo Bauhaus Europeu neste contexto.

Para tornar a habitação mais acessível, é fundamental mobilizar recursos públicos e privados adicionais. Alguns instrumentos da UE, como o programa InvestEU, já permitem atrair investimentos em habitação social e a preços acessíveis. Tiraremos partido desta experiência para criar uma plataforma pan-europeia de investimento na habitação sustentável e a preços acessíveis, em colaboração com o Banco Europeu de Investimento, instituições financeiras internacionais, bancos de fomento nacionais e outras partes interessadas. Além disso, em conformidade com a carta de missão, apoiarei o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas na elaboração de uma proposta que permita aos Estados-Membros injetar liquidez no mercado da habitação e duplicar os investimentos previstos ao abrigo da política de coesão em prol da habitação a preços acessíveis (ver mais pormenores na resposta à pergunta 12). Apoiarei também a vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva na revisão das regras em matéria de auxílios estatais, a fim de permitir medidas de apoio à habitação, nomeadamente em matéria de eficiência energética e habitação social (ver mais pormenores nas respostas às perguntas 5 e 9). Um elemento central deste esforço será também a implementação rápida e eficaz do Fundo Social em matéria de Clima.

Há cerca de 1 milhão de pessoas em situação de sem-abrigo na UE, tendo este número vindo a aumentar em muitos Estados-Membros nos últimos anos. A Comissão já apoia todas as partes interessadas pertinentes sob a égide da Plataforma Europeia de Combate à Situação de Sem-Abrigo. As estratégias de prioridade à habitação — que privilegiam a disponibilização de alojamentos permanente às pessoas em situação de sem-abrigo —, acompanhadas de apoio social, demonstraram a sua eficácia e eficiência em termos de custos no combate à exclusão habitacional. Esta abordagem está a ser progressivamente integrada nas estratégias nacionais de combate à situação de sem-abrigo. A UE também financia estratégias de prioridade à habitação, nomeadamente através do Fundo Social Europeu Mais. Tiraremos partido destas experiências para elaborar o primeiro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis, destinado a suprir as necessidades de todos os cidadãos, incluindo os mais vulneráveis.

A proteção da propriedade privada e a luta contra a ocupação incumbem principalmente ao nível nacional. Com efeito, neste domínio, cabe aos Estados-Membros e às respetivas autoridades judiciais assegurar que os direitos fundamentais são efetivamente respeitados e protegidos. De um modo mais geral, o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis contribuirá para estimular o investimento privado na oferta de habitação a preços acessíveis, que depende, entre outros fatores, do respeito pelos direitos de propriedade privada.

Sob a liderança da vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação, a Comissão lançará a primeira Estratégia da UE de Combate à Pobreza, que ajudará as pessoas a aceder aos serviços essenciais e à proteção de que necessitam e combaterá as causas profundas da pobreza. Trabalharei em estreita colaboração com a vice-presidente executiva para assegurar o máximo de sinergias entre o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis e a Estratégia da UE de Combate à Pobreza. O mesmo se aplica à União de Competências, incluindo a nova Estratégia Europeia de Ensino e Formação Profissionais, que poderá contribuir significativamente para reforçar as competências no setor da construção.

*4. A sua carta de missão indica que o seu trabalho ajudará a combater a pobreza energética e a assegurar uma transição social, justa e competitiva. Que políticas tenciona aplicar para proteger as pessoas mais afetadas pela pobreza energética, assegurando a renovação a preços acessíveis e o acesso a habitação ecológica? De que forma irá o plano de ação para preços da energia acessíveis combater a pobreza energética? Que incentivos específicos prevê para promover o desenvolvimento a longo prazo de habitação ecológica, social e pública, edifícios ecológicos e a redução dos custos da energia tanto para os proprietários como para os inquilinos?*

Ninguém será deixado para trás: este é o princípio fundamental de uma transição energética social, justa e competitiva. A pobreza energética tem vindo a aumentar desde a crise energética: em 2023, 47 milhões de cidadãos da UE (10,6 % da população da UE) não conseguiram manter as suas casas adequadamente aquecidas. A luta contra a pobreza energética é uma componente fundamental de uma transição justa e terá um papel importante na nossa futura política de habitação. É fundamental proteger os grupos e as regiões em situação de pobreza energética e vulneráveis, em particular as regiões carboníferas em transição, a fim de assegurar que todos os cidadãos beneficiem da transição para as energias limpas.

A eficiência energética e os aparelhos energeticamente eficientes podem desempenhar um papel fundamental na mitigação da pobreza energética, reduzindo a procura de energia, o seu custo para os consumidores e tornando-a mais barata para as pessoas e as empresas. No início deste ano, o painel de cidadãos europeus sobre Eficiência Energética formulou recomendações úteis, como a capacitação dos consumidores para se tornarem eficientes do ponto de vista energético (incluindo através de informações sobre o consumo de energia no rótulo dos produtos) e o apoio à renovação de edifícios residenciais com o objetivo de os tornar mais eficientes do ponto de vista energético. Avaliarei a melhor forma de aplicar estas recomendações durante o meu mandato.

A legislação da UE em vigor, a Recomendação da Comissão sobre a pobreza energética de 2023 e o Fundo Social em matéria de Clima reconhecem a necessidade urgente de combater a pobreza energética e proteger as pessoas mais afetadas por este fenómeno. A Diretiva Eficiência Energética reformulada salienta a necessidade de os Estados-Membros darem prioridade à pobreza energética nas suas medidas e investimentos em matéria de eficiência energética. Além disso, a reforma da configuração do mercado da eletricidade, que entrou em vigor em julho, estabelece a obrigação de proteger as pessoas em situação de pobreza energética contra cortes de eletricidade. A iniciativa para as regiões carboníferas em transição e o Fundo para uma Transição Justa já apoiam as comunidades e regiões carboníferas e com utilização intensiva de carbono, tendo como um dos objetivos a criação de emprego em regiões onde outros postos de trabalho possam estar a desaparecer.

O pacote Energia para os Cidadãos abordará a pobreza energética e ajudará a garantir que a energia seja acessível a todos. No cerne deste pacote estará uma parceria reforçada com os Estados-Membros para melhorar o acesso aos

investimentos na eficiência energética de edifícios, microempresas e PME, bem como às energias renováveis. O pacote Energia para os Cidadãos apoiará igualmente a Estratégia da UE de Combate à Pobreza e contribuirá para o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis. Para além da questão da acessibilidade dos preços, os agregados familiares vulneráveis carecem frequentemente de acesso a informações e financiamento para melhorar a eficiência energética. Através da Plataforma de Aconselhamento sobre Pobreza Energética — proposta e financiada pelo Parlamento Europeu — continuaremos a assegurar que as autoridades e comunidades locais recebam apoio técnico para conceber e aplicar medidas eficazes.

O plano de ação para preços de energia acessíveis (ver resposta à pergunta 8) apoiará novas formas de consumo de energia baseadas nas comunidades locais de energia e na partilha de energia. Precisamos de ações e resultados concretos no terreno e trabalharei com todas as partes interessadas para garantir a disponibilização de produtos e serviços energéticos inovadores aos consumidores individuais e empresariais.

Se a minha indignação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com os meus colegas comissários para apoiar estes esforços, assegurando que o Fundo Social em matéria de Clima e os fundos da política de coesão proporcionem o apoio financeiro necessário para proteger os mais vulneráveis.

Um planeamento sólido é fundamental para promover a criação de habitações e edifícios ecológicos. Concretamente, os Planos Nacionais de Renovação de Edifícios previstos na Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios reformulada proporcionarão uma orientação clara aos intervenientes no mercado, incluindo o setor da construção e as instituições financeiras. Podem também atenuar o risco de políticas do tipo «para-arranca» que, infelizmente, prejudicaram o setor da construção no passado.

Tal como estabelecido na Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios e na Diretiva Eficiência Energética, os incentivos financeiros nacionais terão de visar prioritariamente os agregados familiares vulneráveis, incluindo as pessoas afetadas pela pobreza energética e as pessoas que vivem em habitação social. Muitas vezes, os cidadãos em situação de pobreza energética vivem nos edifícios com pior desempenho energético e menos bem isolados da UE, cuja renovação é prioritária. A renovação de edifícios residenciais deve incluir uma percentagem representativa de edifícios arrendados, para que os inquilinos possam beneficiar de faturas de energia mais baixas e de habitações melhores. Eliminarei os obstáculos à produção descentralizada e local de energias renováveis a fim de promover o desenvolvimento deste setor. Estas considerações estarão no cerne do Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis.

Por último, trabalharei com todas as partes interessadas para combater a pobreza energética e promover o desenvolvimento a longo prazo da habitação ecológica, social e pública.

*5. A sua carta de missão indica que deve prestar apoio à vice-presidente executiva responsável por uma Transição Limpa, Justa e Competitiva no sentido de trabalhar na reforma das regras em matéria de auxílios estatais, a fim de permitir medidas de apoio à habitação, nomeadamente à habitação social. Quais são as alterações que prevê às regras da UE em matéria de auxílios estatais e à definição de habitação social na legislação relativa aos serviços de interesse económico geral, a fim de garantir que a habitação seja excluída das regras de mercado e que seja disponibilizada habitação social suficiente? Na sua qualidade de comissário, procurará obter isenções explícitas das normas fiscais para o investimento estatal na habitação?*

Se a minha indignação for confirmada, em conformidade com a minha carta de missão, apoiarei a vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva na revisão das regras em matéria de auxílios estatais, a fim de permitir medidas de apoio à habitação, nomeadamente à habitação social, a preços acessíveis e eficiente do ponto de vista energético.

Ao abrigo das regras em vigor em matéria de auxílios estatais, os Estados-Membros podem apoiar o acesso à habitação de várias formas. Algumas medidas podem não ser consideradas auxílios estatais ao abrigo da legislação da UE, incluindo medidas que beneficiam diretamente os agregados familiares e os cidadãos da UE. Outras medidas enquadram-se no regime dos serviços de interesse económico geral ou podem ser consideradas diretamente compatíveis com o Tratado sobre o Funcionamento da UE. As regras em vigor em matéria de serviços de interesse económico geral permitem aos Estados-Membros aplicar medidas de habitação social, nomeadamente habitação social para cidadãos desfavorecidos ou grupos socialmente menos favorecidos. Além disso, as regras

em vigor em matéria de auxílios estatais também permitem que os Estados-Membros apoiem o desenvolvimento de habitações eficientes do ponto de vista energético.

Embora o imperativo político de tomar medidas em prol da habitação a preços acessíveis e energeticamente eficiente seja urgente e claro, os intercâmbios da Comissão com os Estados-Membros até à data demonstraram que a revisão das regras em matéria de auxílios estatais à habitação a preços acessíveis é uma questão multifacetada, sendo necessária uma avaliação mais aprofundada da melhor forma de concretizar as nossas ambições. Ao realizar este exercício, é necessário encontrar o equilíbrio certo para evitar a exclusão do investimento privado e a distorção da concorrência no mercado da habitação, assegurando simultaneamente um apoio adequado à habitação social para os mais vulneráveis, que continua a ser uma responsabilidade fundamental dos governos no âmbito do contrato social.

Juntamente com a vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva, tirei partido do trabalho já realizado para determinar as alterações concretas que podemos introduzir nas regras relativas aos serviços de interesse económico geral e nas orientações que as acompanham, a fim de incentivar o investimento e assegurar a acessibilidade dos preços da habitação para todos, mantendo o Parlamento Europeu plenamente informado. A revisão destas regras faz parte de um conjunto mais vasto de iniciativas incluídas no próximo Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis, que apresentarei em conjunto com os membros pertinentes do Colégio.

As regras orçamentais comuns acabam de ser reformadas. As novas disposições entraram em vigor em 30 de abril de 2024 e estabelecem um justo equilíbrio entre a necessidade de assegurar a sustentabilidade da dívida e a necessidade de investimentos e reformas para assegurar um crescimento sustentável e inclusivo. As regras orçamentais não preveem isenções explícitas para qualquer tipo de despesa, mas a definição do indicador de despesas líquidas exclui as despesas com juros, as despesas com programas da União totalmente cobertas por receitas provenientes de fundos da UE e o cofinanciamento nacional de programas financiados pela União. Trata-se de uma opção deliberada dos legisladores. Uma novidade das novas disposições é que os Estados-Membros podem escolher uma trajetória de ajustamento orçamental mais longa, desde que esta assente em compromissos credíveis em matéria de investimentos e reformas. Esta abordagem cria alguma margem de manobra orçamental que os Estados-Membros podem utilizar para promover o investimento.

#### Perguntas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

*6. Que visão tem da sua pasta que vá além da sua carta de missão e qual gostaria que fosse o seu legado? Que propostas legislativas e outras iniciativas tenciona sugerir ao Colégio de Comissários para adoção nos próximos cinco anos e, em particular, nos primeiros 100 dias? Como tenciona garantir que essas propostas, bem como a aplicação da legislação em vigor, reforcem a competitividade europeia? Tenciona basear essas propostas legislativas em avaliações de impacto específicas? Como pretende assegurar a aplicação efetiva do Pacto Ecológico Europeu e de toda a legislação no domínio da energia? Como tenciona assegurar a aplicação efetiva do princípio da prioridade à eficiência energética nas decisões relativas ao planeamento, às políticas e aos grandes investimentos? Qual considera ser o papel da eficiência energética no reforço da competitividade da indústria da UE? O que pensa da Governação da União da Energia? Como avalia o papel da neutralidade tecnológica no setor da energia? Qual é a sua opinião sobre a energia nuclear e os pequenos reatores modulares? Como tenciona fazer avançar a integração do sistema energético? Como pretende reforçar a participação dos cidadãos no seu trabalho?*

A energia é um elemento central dos desafios que a Europa enfrenta: a segurança, incluindo a segurança económica, o custo de vida, a competitividade e as alterações climáticas, cujo impacto se fez sentir em toda a Europa durante este ano. O meu principal objetivo é garantir o aprovisionamento de energia limpa e a preços acessíveis, que é fundamental para a competitividade europeia, a segurança e os nossos esforços de descarbonização, através de uma União da Energia sólida. Ao mesmo tempo, a transição tem de ser justa para os nossos cidadãos, nomeadamente em termos de emprego e custos, incluindo habitação sustentável e a preços acessíveis.

Se a minha indigitação for confirmada, proporei, no âmbito do Pacto da Indústria Limpa e durante os 100 primeiros dias, um plano de ação para preços da energia acessíveis (ver resposta à pergunta 8), que estabelecerá um plano de trabalho para garantir o acesso a energia mais barata através de investimentos, infraestruturas e cooperação, de forma a reduzir os custos do sistema. Proporei também um roteiro para a cessação das importações de energia russa. Ao longo do mandato, tomarei outras iniciativas que contribuirão para a competitividade, a segurança e os esforços de descarbonização, incluindo uma revisão do quadro de segurança do aprovisionamento e uma estratégia

de investimento em energias limpas para impulsionar as energias renováveis, a eficiência energética e as infraestruturas energéticas. Para tornar a energia mais acessível, proporei também um plano de ação para a eletrificação, bem como uma abordagem estratégica em matéria de aquecimento e arrefecimento. Em colaboração com o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo, apresentarei um quadro para reduzir e eliminar progressivamente a utilização de subsídios aos combustíveis fósseis.

Procurarei manter a liderança mundial da Europa na transição energética, tirando partido de iniciativas europeias para aumentar as energias renováveis e a eficiência energética a nível mundial e ajudando a definir a nossa visão mundial em matéria de clima e energia para a COP30 no Brasil e posteriormente. Além disso, a nossa competitividade está estreitamente relacionada com a nossa autonomia estratégica aberta. Temos de evitar substituir a nossa dependência dos combustíveis fósseis pela dependência de tecnologias limpas e matérias-primas críticas importadas.

Durante o meu mandato, estarei atento aos impactos da legislação que apresentarei ao Colégio, seguindo as orientações para Legislar Melhor, tendo em conta os desafios e os objetivos, as soluções de compromisso, as opções de ação e os seus potenciais impactos, promovendo a simplificação e recorrendo a consultas públicas e mecanismos de retorno de informação bem estruturados.

Reforçar a agenda europeia para a indústria e a competitividade passa necessariamente pela aplicação da política energética já acordada.

A plena aplicação da legislação recentemente adotada em matéria de energia é uma prioridade política: temos de cumprir os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e assegurar que os cidadãos e as comunidades colham os benefícios no terreno. Acompanharei e apoiarei ativamente a aplicação e o cumprimento do quadro para 2030, trabalhando em estreita cooperação com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros, mas também com os municípios e as regiões, a fim de garantir que estamos no bom caminho para alcançar os nossos objetivos coletivos em matéria de energia e clima para 2030 e daí em diante. Este esforço de aplicação incluirá dar seguimento à avaliação dos planos finais em matéria de energia e clima e organizar pelo menos dois diálogos de execução anuais com as partes interessadas.

A aplicação é fundamental para a competitividade europeia. A consecução dos nossos objetivos e a aplicação da nossa legislação em matéria de eficiência energética e de energias renováveis podem viabilizar uma trajetória de descarbonização eficiente em termos de custos para a Europa, tornando as nossas economias menos dependentes das importações, integrando energias renováveis mais baratas para tirar proveito de todos os seus benefícios e combatendo a pobreza energética. Além disso, a recente reforma da configuração do mercado da eletricidade inclui medidas que aumentarão a estabilidade e a previsibilidade dos preços para os investidores e disponibilizarão instrumentos capazes de atrair investimentos que tornarão o sistema energético mais bem interligado para toda a Europa e mais flexível.

Uma União da Energia sólida exige uma abordagem e uma governação melhores, mais simples, eficazes e eficientes em termos de custos. Tal é crucial para concretizar coletivamente as nossas ambições em matéria de clima e energia, garantir o aprovisionamento energético e fornecer energia mais barata às empresas e aos consumidores. Precisamos de estabelecer uma parceria com os Estados-Membros com vista a melhorar o planeamento, a coordenação, o acompanhamento, a transparência e a apropriação das políticas. Os planos nacionais em matéria de energia e clima devem proporcionar um maior grau de previsibilidade, a fim de mobilizar os enormes investimentos necessários para a transição energética. Para o efeito, atualizarei e simplificarei a atual governação da União da Energia, em colaboração com o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo. Analisarei cuidadosamente a situação e trabalharei com os membros pertinentes do Colégio, em especial com o comissário responsável pela Economia e Produtividade, para assegurar uma maior simplificação e tirar o maior partido das sinergias com o instrumento de coordenação da competitividade anunciado nas orientações políticas.

A neutralidade tecnológica é um conceito central, que faz parte integrante da liberdade dos Estados-Membros para escolherem o seu cabaz energético em conformidade com os nossos Tratados. Todas as soluções baseadas em energias renováveis e hipocarbónicas serão necessárias. As projeções apontam para que o setor da energia seja descarbonizado até 2040. Prevê-se que a maior parte do esforço de descarbonização provenha de energias renováveis, com um contributo considerável da energia nuclear. Os pequenos reatores modulares têm potencial para fornecer eletricidade e calor hipocarbónicos e contribuir para a descarbonização não só da produção de eletricidade, mas também de setores cujas emissões são difíceis de reduzir, como os transportes e a indústria química e siderúrgica. Em conformidade com a minha carta de missão, apoiarei a aceleração do desenvolvimento

e da implantação de pequenos reatores modulares na Europa durante a década de 2030, com base na Aliança Industrial Europeia para os Pequenos Reatores Modulares. Qualquer utilização futura da energia nuclear continuará a depender do cumprimento das normas de segurança nuclear mais rigorosas, bem como da eliminação segura de todos os tipos de resíduos nucleares e de combustível irradiado.

O princípio da prioridade à eficiência energética favorece um funcionamento mais inteligente e eficiente do sistema energético, em detrimento da sua expansão. A Comissão já elaborou orientações setoriais específicas para a indústria, a energia, os transportes e o setor financeiro, ajudando os decisores a avaliar alternativas eficientes do ponto de vista energético, juntamente com outras opções. A indústria necessita de custos de energia e de produção mais baixos, que podem ser obtidos graças a processos industriais mais eficientes do ponto de vista energético e tecnologicamente avançados. Tal reduz os custos, contribui para um maior crescimento, atrai novos clientes e investidores e aumenta a competitividade industrial. A eletrificação será fundamental para melhorar a eficiência energética.

Nos próximos cinco anos, a Europa terá de integrar vários elementos do sistema energético, por exemplo, o fornecimento de eletricidade e calor, o hidrogénio, a flexibilidade, a eficiência energética e os setores de utilização final. O objetivo é acelerar a descarbonização e tornar o sistema mais eficiente e competitivo, explorando todas as sinergias. O objetivo geral será assegurar que a transição da Europa para um nível de emissões nulas líquidas seja alimentada por um sistema energético integrado com eletricidade limpa e local. Uma maior digitalização do sistema energético e o aproveitamento do potencial das tecnologias digitais são fundamentais: para o efeito, apresentarei um roteiro estratégico para a digitalização e a IA no setor da energia.

No entanto, a transição energética só poderá ser bem-sucedida se garantirmos que os cidadãos beneficiam e participam verdadeiramente na mesma: ninguém será deixado para trás. O reforço da participação dos cidadãos será um aspeto fundamental do meu trabalho. Temos de dar resposta às preocupações dos cidadãos quanto à acessibilidade dos preços da energia, ao emprego e ao aumento dos custos da habitação e do aquecimento. Esta será a primeira meta na concretização da transição energética. A Comissão apresentará um pacote Energia para os Cidadãos destinado a garantir que os europeus beneficiem da transição energética, tanto individualmente como dentro das comunidades.

*7. Quais são os seus planos para a revisão do quadro para a segurança do aprovisionamento? Que ensinamentos podem ser retirados da guerra na Ucrânia? Que estratégia tenciona propor para diversificar ainda mais os fornecedores e as rotas de abastecimento dominantes ou pouco fiáveis? Que iniciativas prevê para proteger o aprovisionamento energético de ameaças físicas e cibernéticas? Que medidas tenciona adotar para reduzir a dependência de fornecedores externos, reforçando simultaneamente as energias limpas e as infraestruturas críticas na UE, incluindo o desenvolvimento da economia do hidrogénio e um aprovisionamento de hidrogénio adequado? No seu entender, que papel poderia desempenhar o Banco Europeu do Hidrogénio? Como enquadraria uma estratégia da União em matéria de flexibilidade, incluindo a resposta do lado da procura e o armazenamento? Como irá enfrentar o desafio da volatilidade do aprovisionamento energético associado ao aumento da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis? Como avalia o quadro jurídico em vigor em matéria de redes europeias e que medidas proporia para a sua melhoria? Que medidas concretas tenciona propor para acelerar a modernização das redes elétricas e eliminar os estrangulamentos existentes nos Estados-Membros e entre eles, incluindo a nível da distribuição e do transporte ao largo e de muito longa distância, bem como para alcançar o objetivo de 15 % de capacidade de interligação? Qual é a sua opinião sobre o financiamento da UE para projetos de infraestruturas energéticas e sobre o seu papel no Fundo Europeu de Competitividade e no próximo QFP? Que medidas prevê para o plano de ação para a eletrificação?*

A UE dispõe de um quadro sólido em matéria de segurança do aprovisionamento, mas é necessário simplificá-lo e torná-lo mais adaptado ao futuro. Importa também alargá-lo para fazer face aos riscos emergentes relacionados com infraestruturas críticas, alterações climáticas, cibersegurança e ameaças físicas. A revisão constitui uma excelente oportunidade para atualizar o nosso quadro.

As lições retiradas da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia têm de estar no cerne da nossa ação futura. Aprendemos, à nossa custa, os perigos de depender de um fornecedor de energia pouco fiável, a Rússia, que tem utilizado a energia como arma. Estamos a avançar para um sistema energético mais descarbonizado, eletrificado e integrado, e temos de assegurar uma melhor gestão dos riscos intersetoriais. Para atenuar as perturbações, a UE deve dar prioridade à preparação e à coordenação, promovendo simultaneamente a diversificação do aprovisionamento, a redução da procura de gás e o armazenamento eficiente, a par das interligações transfronteiriças. A revisão do quadro existente deve permitir o abandono progressivo, ordenado e a preços

acessíveis dos combustíveis fósseis, acelerando a implementação de alternativas mais sustentáveis e produzidas internamente, bem como aproveitando o potencial das medidas do lado da procura. No que diz respeito à proteção do aprovisionamento energético contra ameaças físicas e cibernéticas, trabalharemos em estreita colaboração com os Estados-Membros, com base nos progressos realizados com os testes de esforço das infraestruturas, o Grupo de Trabalho UE-OTAN sobre resiliência e as regras em matéria de cibersegurança no domínio da eletricidade.

A diversificação do aprovisionamento e das rotas, as energias renováveis e limpas, a eficiência energética, bem como o aprofundamento do mercado interno da energia, são cruciais para a resiliência do setor energético e da economia da Europa. Acelerar a transição para as energias limpas permite reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Teremos de continuar a reforçar as interligações, sempre que necessário, e a melhorar o armazenamento de energia. Continuaremos também a impulsionar a produção interna de biogás e biometano.

A Comissão apresentou o primeiro mecanismo de agregação da procura de gás, o AggregateEU, que melhorou a transparência do mercado e proporcionou opções de aprovisionamento alternativas ao gás russo. Com base nestas primeiras etapas, a agregação da procura será alargada a outros produtos, como o hidrogénio e outros produtos de base, como as matérias-primas críticas.

Teremos também de nos concentrar na segurança do aprovisionamento da indústria nuclear da UE, sabendo que a diversificação do ciclo do combustível nuclear em todas as fases é fundamental. A dependência da Rússia abrange o fornecimento de peças sobresselentes e serviços de manutenção, bem como serviços de conversão e enriquecimento. Analisarei a possibilidade de o roteiro para a cessação das importações de energia russa incluir toda a cadeia de abastecimento nuclear, a fim de assegurar a autonomia estratégica aberta da UE. Para o efeito, os serviços da Comissão colaborarão com os serviços de utilidade pública e os Estados-Membros com vista à diversificação da oferta e à aquisição de produtos no que toca à indústria nuclear civil europeia.

O hidrogénio renovável e hipocarbónico será fundamental para descarbonizar os setores cuja eletrificação é mais difícil. A este respeito, a tónica será colocada na aplicação das medidas recentemente acordadas, como as metas para a utilização de hidrogénio renovável na indústria e nos transportes. O quadro legislativo, juntamente com apoio financeiro, pode estimular a produção e o consumo, ao passo que o nosso processo de planeamento das infraestruturas pode facilitar o desenvolvimento de uma rede europeia de hidrogénio bem coordenada. Para se manter competitiva, a indústria da UE necessitará de um sistema robusto de produção de hidrogénio renovável na UE, bem como de importações provenientes de parceiros internacionais. Por conseguinte, e em consonância com a Diretiva Energias Renováveis revista, tomaremos medidas relativamente ao hidrogénio importado e nacional.

O Banco Europeu do Hidrogénio estimulará a expansão do mercado para combustíveis mais limpos, colmatando o fosso entre os custos de produção de hidrogénio limpo — ainda demasiado elevados — e a capacidade de pagamento da indústria. Com base na experiência adquirida até à data, trabalharei com o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo na organização de futuros leilões para apoiar a produção interna de hidrogénio limpo. Além disso, em cooperação com os Estados-Membros, aceleraremos o desenvolvimento da componente internacional do Banco do Hidrogénio, a fim de facilitar as importações e criar oportunidades económicas nos países parceiros.

Além disso, a captura, a utilização e o armazenamento de carbono também podem contribuir para a descarbonização dos setores cujas emissões são mais difíceis de reduzir. Em conjunto com o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo, estabeleceremos as condições-quadro adequadas para que tal aconteça, focando-nos também nas infraestruturas de CO<sub>2</sub>.

São necessárias soluções de flexibilidade, tanto a nível de armazenamento como de resposta da procura, para aumentar a eficiência do nosso sistema energético e integrar melhor as energias renováveis, reduzindo assim os custos da energia. A implantação mais alargada destas soluções beneficiará tanto os consumidores individuais como os industriais, reduzindo a volatilidade dos preços e o dispendioso deslaste de geração de energias renováveis, bem como otimizando os investimentos na rede. Temos de abrir caminho a uma implantação muito mais ampla da flexibilidade para acelerar os investimentos nestas soluções e orientar os Estados-Membros.

Para promover a eletrificação, o plano de ação para a eletrificação pode orientar os trabalhos no sentido de eliminar obstáculos e acelerar o acesso à eletricidade, tanto para a indústria como para os agregados familiares que ainda utilizam combustíveis fósseis para o aquecimento, os transportes e outras energias.

Enquanto comissário responsável pela Energia e Habitação, privilegiarei o alargamento e a modernização das nossas redes, a fim de assegurar uma transição eficiente dos combustíveis fósseis para as energias limpas. Em

colaboração com o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo, procurarei reduzir e eliminar progressivamente a utilização de subsídios aos combustíveis fósseis. É primordial executar, de forma rápida e firme, os principais projetos de infraestruturas transfronteiriças e o Plano de Ação Europeu para as Redes, tomando medidas concretas para acelerar a modernização e a implantação das redes elétricas, incluindo a nível da distribuição. Este aspeto é da maior importância, tendo também em vista o cumprimento da meta de interligação de 15 %.

Para tal, partiremos de uma avaliação do quadro jurídico existente em matéria de redes, a fim de identificar medidas para otimizar o planeamento das redes em todos os Estados-Membros, acelerar o licenciamento, assegurar a utilização eficiente das infraestruturas existentes, tornar as redes mais inteligentes, bem como racionalizar e simplificar os procedimentos de planeamento. A fim de implantar eficazmente as redes necessárias para a nossa transição energética, precisamos de um quadro de colaboração, tanto ao largo como em terra, baseado numa cooperação regional reforçada, na repartição adequada dos custos e benefícios, bem como em modelos de financiamento inovadores. Trabalharei igualmente com o comissário responsável pelo Turismo e Transportes Sustentáveis para garantir que o desenvolvimento das infraestruturas de transportes e de energia necessárias permite fazer face ao futuro aumento da procura de eletricidade no setor dos transportes.

Os investimentos em infraestruturas de energia limpa são uma prioridade fundamental para os próximos anos, tal como refletido nos relatórios Draghi e Letta. Para apoiar este trabalho, proporei uma estratégia específica de investimento em energias limpas para a Europa, incluindo uma iniciativa de redução dos riscos destinada a desbloquear o capital privado. Este aspeto será fundamental para dar prioridade ao investimento em energias limpas, incluindo em infraestruturas.

Assegurarei igualmente a utilização dos recursos disponíveis através do NextGenerationEU e do orçamento atual, recorrendo ao poder do nosso orçamento para alavancar e reduzir os riscos do investimento privado nos nossos objetivos comuns.

*8. Quais serão os principais elementos do plano de ação para preços da energia acessíveis? Que medidas específicas tenciona adotar para reduzir os preços da energia para os agregados familiares, as empresas e as indústrias, em particular as indústrias com utilização intensiva de energia? Como tenciona continuar a lutar contra a pobreza energética? Como pretende alargar a utilização de contratos de aquisição de energia e de contratos diferenciados (CfD) para garantir preços competitivos? Qual é a sua posição relativamente às atuais zonas de ofertas do mercado da energia? Quais são as suas medidas concretas para o primeiro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis e para a estratégia europeia para a construção de habitações, tendo em conta as competências da UE e dos Estados-Membros neste domínio? Quais são, na sua opinião, as principais sinergias entre o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis, a Diretiva Eficiência Energética e a Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios? Que espaço prevê para aumentar o financiamento da eficiência energética e das renovações no âmbito do próximo QFP? Como tenciona prosseguir o objetivo de alcançar aquecimento e arrefecimento descarbonizados e a preços acessíveis? No seu entender, que papel pode desempenhar o aquecimento solar, geotérmico e urbano? Como tenciona garantir que as medidas da UE deem resposta à questão do isolamento de vastos complexos habitacionais e zonas rurais? Como pretende contribuir para continuar a desenvolver o Novo Bauhaus Europeu?*

Os choques de aprovisionamento e as súbitas subidas dos preços dos combustíveis fósseis, responsáveis pela recente crise energética, recordam-nos a importância da acessibilidade dos preços da energia, tanto para as empresas como para os agregados familiares. Os custos da energia estão a prejudicar a competitividade da UE e a minar o apoio à transição energética. A redução dos custos da energia para os agregados familiares e as empresas será uma das principais prioridades do meu mandato. O plano de ação para preços da energia acessíveis é um elemento central do Pacto da Indústria Limpa, que será apresentado nos primeiros 100 dias do próximo mandato da Comissão.

Para reduzir os custos da energia, é necessário acelerar a implantação de eletricidade limpa competitiva através da eliminação dos estrangulamentos nas infraestruturas e dos obstáculos regulamentares, nomeadamente a nível do licenciamento das energias renováveis e das redes, e promover a eficiência energética numa União da Energia sólida. O plano de ação reforçará a segurança energética e impulsionará os investimentos, apoiando simultaneamente as indústrias, incluindo as indústrias com utilização intensiva de energia, e os agregados familiares, para que acedam à energia a preços acessíveis. Procurará igualmente reduzir os custos do sistema, reforçar o papel da diplomacia energética da Europa, promover a participação dos cidadãos e garantir uma transição justa para todos.

A aplicação da recente reforma da configuração do mercado europeu da eletricidade é particularmente importante para impulsionar o acesso a energias limpas seguras e a preços acessíveis e a participação dos cidadãos na transição energética. A fim de acelerar a dissociação das faturas de eletricidade dos preços voláteis dos combustíveis fósseis, trabalharemos em estreita colaboração com os Estados-Membros para que o apoio público sob a forma de contratos para diferenciais seja competitivo, favorável ao mercado e melhore a disponibilidade de contratos de aquisição de energia, que são especialmente cruciais para as indústrias com utilização intensiva de energia, através de garantias e da normalização.

O acesso às energias renováveis, juntamente com a melhoria da eficiência energética nos edifícios, será também essencial para combater a pobreza energética, que é motivo de grande preocupação, também no que respeita à habitação a preços acessíveis (ver resposta à pergunta 4).

Além disso, temos de combater o aumento dos custos do sistema, como as tarifas de rede, os impostos e as taxas, que representam atualmente um terço das faturas de eletricidade dos consumidores. Juntamente com o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo, procurarei evitar que os impostos tenham um efeito negativo nos preços da energia e na competitividade da indústria da UE, apoiando simultaneamente os objetivos de transição ecológica. A fim de colher plenamente os benefícios da transição energética e reduzir estes custos, o plano de ação para preços da energia acessíveis definirá medidas destinadas a mobilizar o investimento privado, melhorar o planeamento das redes, aumentar a digitalização e otimizar a utilização da rede existente. O plano incentivará igualmente a flexibilidade, fornecerá os sinais de localização adequados aos investimentos onde estes são mais necessários e estabelecerá um quadro de governação reforçado para o mercado interno da energia, adequado a um sistema europeu verdadeiramente integrado numa União da Energia sólida.

Temos de acelerar a execução dos projetos que proporcionam os benefícios das energias limpas aos consumidores, bem como o licenciamento das energias renováveis, das infraestruturas energéticas e do armazenamento. Embora o setor da eletricidade continue a ser uma prioridade, a descarbonização do aquecimento e arrefecimento exigirá soluções diversificadas, como bombas de calor, energia solar térmica, aquecimento geotérmico e aquecimento urbano, para ter em conta diferentes circunstâncias. Estou plenamente empenhado em acelerar estas soluções, trabalhando em conjunto com os Estados-Membros, a indústria e as instituições financeiras.

A presidente confiou-me a preparação do primeiro Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis. Embora os Estados-Membros continuem a ser os principais responsáveis pelas políticas e pelos investimentos no setor da habitação, os instrumentos jurídicos, políticos e de financiamento da UE podem desempenhar um papel estratégico (ver mais pormenores na resposta à pergunta 3). As versões revistas da Diretiva Eficiência Energética, da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios e da Diretiva Energias Renováveis começaram a ser aplicadas. Os Estados-Membros estão a elaborar planos de aquecimento e arrefecimento para os municípios afetados, nos quais identificam os consumidores vulneráveis que devem ser alvo de medidas específicas, bem como planos nacionais de renovação de edifícios, incluindo medidas nacionais focadas nos piores edifícios, que permitem o planeamento a longo prazo de que os investidores necessitam. Estes esforços deverão ser parte integrante do Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis. Além disso, acelerar a aplicação do novo Regulamento Produtos de Construção permitirá aos fabricantes fornecer os produtos necessários para a aplicação da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios.

É fundamental atrair mais financiamento privado e melhorar a sua eficácia, a fim de assegurar que os agregados familiares e as microempresas em situação de pobreza energética possam beneficiar de habitações, empresas e tecnologias eficientes do ponto de vista energético e, assim, reduzir as suas faturas. Avaliaremos o financiamento da eficiência energética juntamente com a Coligação Europeia para o Financiamento da Eficiência Energética e tornaremos os investimentos na eficiência energética parte integrante da Estratégia Europeia de Investimento em Energias Limpas.

Ao mesmo tempo que são cruciais para uma transição socialmente justa e sustentável, os edifícios oferecem também uma oportunidade para reforçar a competitividade do setor da construção. Um setor da construção dinâmico e forte constitui uma condição prévia para garantir a disponibilidade de edifícios seguros e a preços acessíveis e para um ambiente construído sustentável. No âmbito do Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis, elaboraremos uma estratégia para a construção de habitações, de forma a apoiar a oferta de habitação. Esta estratégia poderá incluir medidas para reduzir os custos dos edifícios, aumentar a produtividade do setor da construção, aumentar a adoção de soluções inovadoras — como renovações em série em prol de empresas em fase de arranque e inovações sociais — e melhorar o desempenho ambiental da indústria. Em apoio à comissão responsável pelo Ambiente, Resiliência Hídrica e Economia Circular Competitiva, tenciono criar sinergias entre o

Novo Bauhaus Europeu e as necessidades da UE em matéria de habitação sustentável e a preços acessíveis, promovendo os seus três valores fundamentais: sustentabilidade, inclusão e estética.

#### Pergunta da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

*9. Como prevê a revisão das regras em matéria de auxílios estatais, juntamente com a vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva, a fim de permitir medidas de apoio à habitação social? Irá considerar a criação de uma categoria isenta, que incluiria a habitação a preços acessíveis para agregados familiares com arrendamento médio enquanto serviço de interesse económico geral, e em que condições?*

Se a minha indignação for confirmada, em conformidade com a minha carta de missão, apoiarei a vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva na revisão das regras em matéria de auxílios estatais, a fim de permitir medidas de apoio à habitação, nomeadamente à habitação social, a preços acessíveis e eficiente do ponto de vista energético. A análise destas regras faz parte de um conjunto mais vasto de iniciativas que serão incluídas no próximo Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis. Ao realizar este exercício, procuraremos estabelecer um equilíbrio adequado e evitar que as potenciais isenções das regras em matéria de auxílios estatais à habitação a preços acessíveis excluam o investimento privado ou distorçam indevidamente a concorrência no mercado da habitação. Para mais informações, ver a resposta à pergunta 5.

#### Pergunta da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

*10. Qual é a sua visão para a união da energia descarbonizada? Como pretende reforçar as sinergias e conciliar a segurança energética com os objetivos de redução das emissões? Como irá acelerar o ritmo de implantação das energias renováveis para cumprir as metas da UE em matéria de energias renováveis para 2030, nomeadamente através da plena aplicação do REPowerEU e do combate aos atrasos no licenciamento a este respeito? Que papel prevê para as energias renováveis no plano de ação para preços da energia acessíveis? No contexto da transição justa, como irá simplificar a aplicação da atual legislação da UE no domínio dos edifícios e da construção, a fim de reduzir os encargos administrativos tanto para as empresas como para os consumidores, e como podem estes, em particular os agregados familiares com baixos rendimentos, ser apoiados na renovação e descarbonização das suas habitações, nomeadamente através do Fundo Social em matéria de Clima?*

Uma União da Energia sólida deve permitir o fornecimento de energia limpa a preços acessíveis às empresas e aos agregados familiares europeus, reforçar a segurança energética e assegurar uma transição justa para a neutralidade climática até 2050, contando com a adesão de todos os intervenientes. A implantação acelerada das energias renováveis e a sua integração no sistema energético contribuem para a segurança energética e são fundamentais para alcançar as nossas metas climáticas de forma economicamente viável, tornando as nossas economias menos dependentes das importações e tirando pleno partido de energias renováveis mais baratas.

A eletrificação será o principal motor da transição energética, com um sistema energético totalmente descarbonizado até 2040 e baseado em energias renováveis e soluções hipocarbónicas. Centrar-nos-emos na aplicação e no cumprimento do quadro legislativo em vigor até 2030, que constituirá uma base sólida para o quadro de 2040, uma vez que os ensinamentos retirados guiarão as futuras decisões. Trabalharei em conjunto com a vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva neste processo.

Temos de utilizar melhor todas as energias limpas e baratas no sistema, em especial as energias renováveis, e melhorar a eficiência do sistema energético no seu conjunto. Trabalharemos no sentido de concretizar a nossa ambição no terreno e alcançar a nossa meta de energias renováveis de, pelo menos, 42,5 % (com a ambição de atingir 45 %). Para que os consumidores industriais e individuais possam beneficiar desta capacidade adicional de energias renováveis, teremos de promover os contratos de aquisição de energia, implantar mais rapidamente uma infraestrutura de rede modernizada e utilizá-la de forma mais eficiente; assegurar um licenciamento mais rápido; e uma melhor disponibilidade de soluções de flexibilidade, como baterias e resposta do lado da procura, a fim de reduzir o custo global do sistema.

A aceleração dos procedimentos de licenciamento permitirá a rápida conclusão dos projetos de energias renováveis e será uma condição prévia para concretizar os nossos objetivos em matéria de energias renováveis e os nossos esforços de descarbonização. Graças a um planeamento estratégico da implantação das energias renováveis, incluindo nas zonas de aceleração da implantação das energias renováveis estabelecidas na Diretiva Energias Renováveis revista, a implantação efetiva será indissociável da proteção do ambiente. As soluções mutuamente

vantajosas basear-se-ão na utilização múltipla de espaços, combinando a proteção do ambiente com a implantação das energias renováveis. Trabalharei em estreita colaboração com os Estados-Membros para assegurar a rápida aplicação das nossas novas regras destinadas a melhorar o planeamento e acelerar o licenciamento. Começamos a assistir a uma evolução positiva no terreno, especialmente nos Estados-Membros que utilizam as novas regras de licenciamento, mas também analisarei outras ideias para acelerar o licenciamento, nomeadamente das infraestruturas necessárias para uma integração eficaz em termos de custos das energias renováveis no sistema energético.

No contexto da transição justa, a renovação de edifícios representa uma oportunidade crucial para reduzir as faturas de energia. A título de exemplo, os Estados-Membros terão de simplificar os pedidos e os procedimentos em matéria de financiamento público. No futuro, as orientações sobre a aplicação da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios reformulada poderão ajudar a aprofundar o diálogo com as autoridades nacionais.

A partir de 2026, o Fundo Social em matéria de Clima disponibilizará investimentos em habitação eficiente do ponto de vista energético, nomeadamente através da renovação e reafetação de habitação não residencial ou de habitação social a preços acessíveis. Este fundo será especialmente importante para os agregados familiares vulneráveis, os utilizadores vulneráveis de transportes e as microempresas vulneráveis. Por conseguinte, através dos seus Planos Sociais em matéria de Clima, os Estados-Membros definirão medidas estruturais e investimentos — bem como um eventual apoio direto temporário ao rendimento — orientados para os agregados familiares vulneráveis e ajudarão a melhorar a eficiência energética das suas habitações ou a descarbonizá-las. Um melhor levantamento dos desafios, a eliminação dos obstáculos à renovação e à construção e a identificação de medidas de simplificação no âmbito do Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis contribuirão para obter dados concretos e conceber medidas.

#### Pergunta da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores

*11. Tal como salientado na sua carta de missão, a qualidade e a acessibilidade dos preços da habitação constituem uma questão fundamental para milhões de pessoas na Europa. Como tenciona desenvolver a estratégia para a construção de habitações, em particular no que diz respeito à realização do mercado interno dos produtos de construção e a uma melhor digitalização no setor da construção, a fim de apoiar a habitação e melhorar a qualidade e a sustentabilidade da oferta de habitação? Além do reforço da oferta de habitação, como daria resposta às questões sistémicas do arrendamento de curta duração, tendo em conta a regulamentação recentemente aprovada em matéria de arrendamento de curta duração, a Diretiva Serviços e a subsidiariedade dos Estados-Membros, e como asseguraria uma utilização eficiente e acessível do atual parque habitacional?*

A estratégia para a construção de habitações será um pilar fundamental do Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis. Com efeito, qualquer medida destinada a melhorar o acesso a habitação sustentável e a preços acessíveis exigirá o aumento da oferta de habitação. Sem uma abordagem global, os preços da habitação continuarão a aumentar e o grave défice de produtividade e competitividade no setor da construção ficará por resolver.

A oferta de habitação é insuficiente para satisfazer a procura, resultando em preços elevados, crescentes e inacessíveis para os cidadãos. A construção e a renovação de habitações diminuíram 3 % em 2023, prevendo-se que caíam mais 6 % em 2024. Os custos de construção de edifícios residenciais novos aumentaram 34 % entre 2018 e 2023, uma vez que os custos mais elevados dos materiais e da mão de obra não são compensados por ganhos de eficiência e que o setor da construção se caracteriza geralmente por uma utilização intensiva de mão de obra. Consequentemente, o setor caracteriza-se por uma produtividade baixa e decrescente (30 % inferior à do setor da indústria transformadora), uma fraca aceitação da inovação e um elevado impacto ambiental. A inovação, a digitalização e a automatização podem proporcionar ganhos de eficiência significativos e aumentar a produtividade, ajudar a reduzir os custos de construção e melhorar o desempenho ambiental do setor.

Neste contexto, a nova estratégia para a construção de habitações poderia explorar uma série de elementos, nomeadamente: 1) Desenvolver novas normas para os produtos de construção, a fim de apoiar a inovação e tecnologias e técnicas industriais que permitam aos fabricantes colher todos os benefícios do mercado único; 2) Digitalizar todas as fases de planeamento, conceção, licenciamento e construção, a fim de melhorar e acelerar a construção e renovação de habitações; 3) Divulgar as melhores práticas regulamentares e industriais para apoiar os Estados-Membros, as autoridades nacionais e outros intervenientes no ecossistema da construção; 4) Melhorar o acesso aos serviços de construção em toda a UE, para concretizar o considerável potencial de integração económica do ecossistema da construção no mercado único; 5) Investir na melhoria de competências e na

requalificação da nossa mão de obra, nomeadamente em termos de competências digitais e ecológicas, a fim de aumentar a produtividade e satisfazer a elevada procura de novas habitações e renovações.

No que diz respeito ao arrendamento de alojamento de curta duração, reconheço os impactos que as recentes tendências do mercado podem ter na habitação a preços acessíveis e nas populações locais, tanto em termos de desequilíbrios como de oportunidades. É evidente que diferentes regiões ou bairros podem sofrer pressões diferentes em termos de procura local e turística e ter necessidades diferentes. Trabalharemos em conjunto com os Estados-Membros e as plataformas para assegurar uma aplicação rápida e eficaz do regulamento, permitindo que as autoridades da UE tenham acesso a dados exatos e atualizados sobre as atividades de arrendamento de curta duração. Tal deverá permitir às autoridades públicas gerir os mercados de arrendamento de curta duração de forma específica, baseada em dados concretos e proporcionada, tendo em conta as condições locais. Além disso, em conformidade com a minha carta de missão e juntamente com outros membros pertinentes do Colégio, continuarei a analisar soluções para as questões sistémicas ligadas ao arrendamento de alojamento de curta duração. Continuarei a colaborar com as autoridades e as partes interessadas para encontrar a melhor forma de abordar esta importante questão.

#### Pergunta da Comissão do Desenvolvimento Regional

*12. Uma das suas responsabilidades será o desenvolvimento de uma estratégia europeia para a construção de habitações. Como tenciona equilibrar a redução dos custos de construção com a melhoria do desempenho ambiental dos edifícios? Que tipo de iniciativas sugere para aumentar a produtividade do setor da construção? O âmbito do financiamento da política de coesão está fortemente limitado à melhoria da eficiência energética na habitação, à promoção da inclusão de comunidades marginalizadas e às infraestruturas habitacionais para pessoas que beneficiam de proteção internacional ou que a solicitam. No âmbito do novo Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis e além de duplicar o financiamento da política de coesão, que medidas adicionais propõe para promover a construção de habitação a preços acessíveis para todos? Qual é a sua opinião sobre a revisão das regras da UE em matéria de auxílios estatais para os serviços de interesse económico geral aplicáveis à habitação social? Por último, que sinergias tenciona desenvolver entre os fundos da política de coesão, o apoio do BEI e outros programas da UE, como o InvestEU ou o Fundo Social em matéria de Clima, a fim de garantir soluções de habitação a longo prazo que sejam não só acessíveis, mas também sustentáveis do ponto de vista ambiental e energético?*

Os edifícios são responsáveis por 40 % do consumo de energia da Europa e geram gases com efeito de estufa não só durante a sua vida útil, mas também durante a construção e a demolição. A introdução de normas energéticas para novas construções na década de 1980 teve um efeito impressionante. Graças a esses requisitos de desempenho energético, o consumo de energia nos edifícios novos diminuiu para metade. No entanto, é necessário ir mais longe para atingir um nível nulo de emissões líquidas a nível da União até 2050, uma meta que estou empenhado em alcançar. Juntamente com edifícios de elevado desempenho, o aumento da taxa de renovação — atualmente ainda longe da meta de 3 % por ano necessária para cumprir os objetivos da Europa em matéria de clima e energia — não só reduzirá o consumo de energia, como também melhorará as condições de vida de muitos europeus, reduzirá a dependência energética da UE e diminuirá as faturas de energia. Além disso, a construção e a demolição representam a maior fonte de resíduos da Europa, gerando 37 % do volume total.

Por conseguinte, temos de acelerar as renovações de uma forma eficaz em termos de custos e com baixo impacto ambiental. Apoiarei o investimento dos Estados-Membros na renovação energética dos edifícios, dando prioridade aos edifícios com pior desempenho. A «prioridade aos piores edifícios» é um princípio fundamental da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios, permitindo maximizar os benefícios e os impactos das renovações e garantir a maior eficiência das despesas públicas. Na nova estratégia para a construção de habitações, poderemos, por exemplo, procurar apoiar a inovação e a digitalização no setor da construção, incluindo abordagens industriais inovadoras como a construção fora do local, que aumentarão a produtividade do setor e ajudarão a reduzir os custos da construção (ver também a resposta à pergunta 11). Explorarei igualmente, juntamente com os membros pertinentes do Colégio e os Estados-Membros, a forma de melhorar a conceção e digitalizar a utilização de auditorias de pré-demolição (também designadas por «auditorias de resíduos») a realizar antes das obras de renovação ou demolição, a fim de identificar materiais que possam ser reutilizados e reciclados e lidar com substâncias perigosas.

Além disso, a escassez de materiais pode ser atenuada aumentando as taxas de reutilização circular e de reciclagem, diversificando o aprovisionamento e utilizando os materiais mais avançados, reduzindo assim as nossas dependências em relação às matérias-primas e promovendo a inovação. O novo Regulamento Produtos da Construção facilitará esta tarefa, atualizando mais de 400 normas europeias relativas aos produtos da construção.

Os produtos colocados no mercado ao abrigo das normas europeias harmonizadas atualizadas conterão informações digitais fiáveis. Estas incluirão dados ambientais como a pegada de carbono, bem como informações sobre o conteúdo reciclado, a remanufatura e a reparação. Estabeleceremos normas específicas para os produtos usados, a fim de criar um mercado único para a reutilização de produtos de construção.

A política de coesão já contribui significativamente para melhorar o setor da habitação da UE, nomeadamente tornando-o mais acessível e eficiente do ponto de vista energético. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão já contribuem para financiar a construção e a renovação de habitações a preços acessíveis, melhorar a eficiência energética e apoiar o desenvolvimento urbano. Além disso, o Fundo para uma Transição Justa ajuda as regiões a transitar para uma economia verde, proporcionando, nomeadamente, habitação aos trabalhadores despedidos. Estamos a acelerar estes investimentos graças a instrumentos financeiros inovadores, incluindo empréstimos e subvenções do Banco Europeu de Investimento, apoiados por iniciativas como o Novo Bauhaus Europeu. Apoiarei também a vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva na reforma das regras em matéria de auxílios estatais, a fim de permitir medidas de apoio à habitação, nomeadamente à habitação social eficiente do ponto de vista energético e a preços acessíveis (ver também a resposta à pergunta 9). Tal como sugerido na carta de missão, apoiarei o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas na elaboração de uma proposta que permita aos Estados-Membros duplicar o seu investimento em habitação a preços acessíveis ao abrigo da política de coesão.

Além disso, a fim de promover uma «habitação a preços acessíveis para todos», trabalharei em estreita cooperação com o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas, a vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva e o comissário responsável pela Economia e Produtividade, a fim de garantir soluções de habitação a longo prazo que sejam sustentáveis e a preços acessíveis. Os nossos esforços conjuntos implicarão trabalhar com o Banco Europeu de Investimento para desenvolver uma plataforma pan-europeia de investimento capaz de desbloquear o investimento público e privado em habitação sustentável e a preços acessíveis (ver também a resposta à pergunta 3).

Trabalharemos também com bancos e investidores financeiros no âmbito da Coligação Europeia para o Financiamento da Eficiência Energética, a fim de identificar medidas destinadas a melhorar a eficácia dos nossos investimentos e a aumentar os investimentos privados. Na minha resposta à pergunta 5, detalhei a minha posição sobre as alterações das regras aplicáveis aos serviços de interesse económico geral.

Por último, sob a direção da vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva, os meus colegas do Colégio — nomeadamente a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação e o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo — fomentarão o investimento e o financiamento através do Fundo Social em matéria de Clima. Este fundo abordará os problemas enfrentados pelas famílias vulneráveis afetadas pela pobreza energética e em matéria de transportes.

Graças a esta abordagem, assegurar-nos-emos de que as nossas políticas de habitação cumprem os objetivos da UE e têm impactos concretos e positivos no terreno.